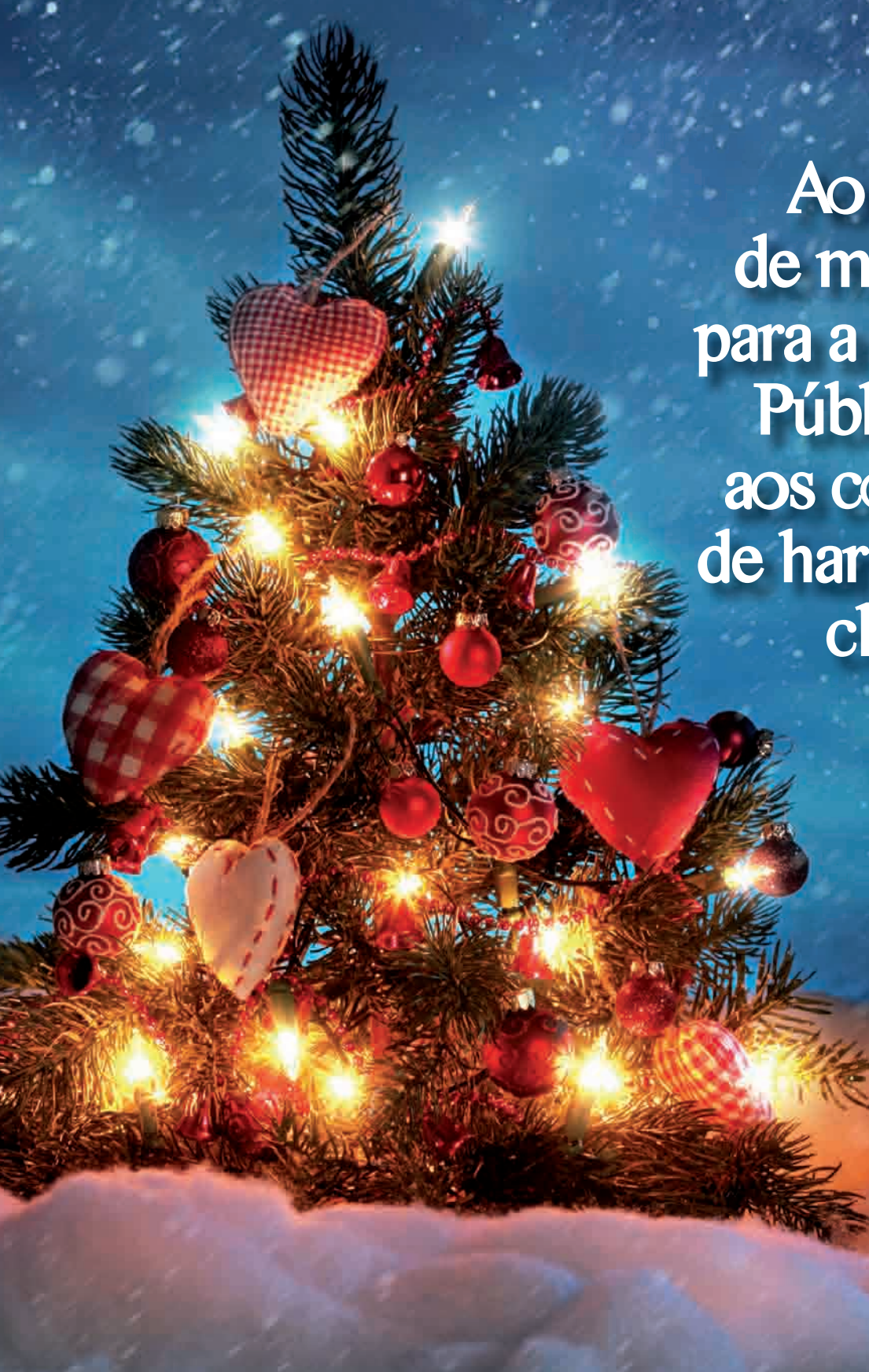


# Réplica



Ao fim deste ano repleto de momentos importantes para a história do Ministério Público, a AMP/RS deseja aos colegas um Natal pleno de harmonia e um novo ano cheio de boas energias.

Boas Festas e um  
2014 repleto de paz!

**LEIA TAMBÉM:**

Sintonia entre MP e sociedade derruba a PEC 37

Página 5

Após mobilização da classe, Parlamento aprova o PLC 40/2013

Página 7

AMP/RS conquista mais um título no Torneio Nacional de Futebol Society

Página 11

## Boas Festas!

Este ano que está terminando ficará marcado como um dos mais trepidantes na história do Ministério Público brasileiro. As sucessivas iniciativas externas na tentativa de restringir nossa atuação falaram alto em 2013 e quase nos impuseram um golpe fatal. Mas, imbuídos de um forte espírito de união e convictos da importância do papel que desempenhamos, membros da classe em todo o país conseguiram reverter situações difíceis.

Foram vitórias nas esferas estaduais e nacional. No Rio Grande do Sul, as mais recentes foram as aprovações, na Assembleia Legislativa, do PLC 40/2013, que promove a adequação, no Estatuto do Ministério Público gaúcho, à nova forma de remuneração por subsídio; e do PL 300/2012, que cria cargos em comissão de assessoria jurídica para o 1º grau. O primeiro recompõe, em parte, a defasagem remuneratória que enfrentamos na relação com os MPs em outras unidades da Federação.

Mas foi em Brasília, porém, que alcançamos o momento mais importante para a Instituição, com a derrubada da PEC 37/2011 pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 25 de junho, imposta pela adesão popular aos alertas feitos pela classe durante aproximadamente dois anos.

Temos, portanto, bons motivos a comemorar. Mas permanece a necessidade de que nos mantenhamos alertas no acompanhamento de diversos temas de interesse associativo e institucional que ainda tramitam no Parlamento gaúcho, no Congresso Nacional, no STF e no STJ. A AMP/RS, que atuou com grande intensidade nas lutas supra citadas, continuará vigilante. E, assim como seguiremos atualizando os colegas sobre todas as questões relevantes, precisaremos contar com o apoio e o engajamento de todos.

No intento de renovarmos nossas energias para o 2014 que se avizinha, desejamos a todos que desfrutem do melhor das festas de fim de ano, que é o convívio com a família e os amigos. A atenção aos que amamos resume o espírito que precisa ser vivido todos os dias de nossa vidas.

Boas festas e um feliz 2014!

## Reuniões de Núcleo integram e informam



Jefferson Souza

Depois de um primeiro semestre consumido pelas mobilizações nacionais no embate contra a aprovação da PEC 37, a diretoria da AMP/RS retomou, na segunda metade de 2013, a salutar rotina de visita aos núcleos associativos pelo interior do Rio Grande do Sul. Em cada encontro, o presidente da entidade, Victor Hugo Azevedo; e o vice Sérgio Harris levaram relatos importantes acerca do andamento de muitos temas de interesse da classe e ouviram demandas e opiniões dos colegas.

Consideradas uma das mais valiosas ferramentas de comunicação com os membros do Ministério Público que atuam distantes da Capital, as reuniões de núcleo constituem eficiente canal de contato entre o comando da Associação e seus braços espalhados por todo o Estado. Na conversa direta, a classe fica a par de tudo que acontece no âmbito associativo e institucional, bem como das questões de interesse do Ministério Público e de seus membros na esfera política.

Nos últimos meses, a diretoria reuniu-se com os colegas dos núcleos da Fronteira Oeste, Campanha, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Serra, Pelotas, Litoral, Missões e Erechim, além de encontros informais com promotores de outras regiões. Em todas as oportunidades, foram abordados, de forma franca e objetiva, temas referentes à atividade ministerial e de caráter remuneratório.

Entre os mais recorrentes estiveram os projetos de lei e as propostas

de emenda à Constituição em análise na Assembleia Legislativa tendo como foco a redução do percentual entre entrâncias (PL 221/2013) e a substituição da expressão “vencimentos” por “subsídios” (PLC 40/2013).

Victor Hugo e Sérgio explicaram as circunstâncias de tramitação desses textos, as dificuldades e as estratégias adotadas para alcançar a aprovação, como ocorreu com o PLC 40/2013.

As questões relativas à Câmara dos Deputados e ao Senado, igualmente, vêm sendo amplamente relatadas. A PEC 31 – a chamada PEC Eleitoral – e as diversas propostas que pretendem permitir a perda do cargo por magistrados e membros do MP pela via administrativa (PECs da Vitaliciedade) e que tramitam apenas à PEC 505/2010 são dois dos temas mais impactantes.

Victor Hugo explicou que a AMP/RS, as associações das demais unidades da Federação e a Conamp, estão acompanhando os movimentos e atuando no interesse da classe. O dirigente lembrou o voto em separado apresentado recentemente pelo deputado federal Vieira da Cunha na Câmara, apontando como inconstitucionais as PECs 505/2010, 86/2011 e 163/2012. O parlamentar propôs, ainda, que a matéria seja apreciada no âmbito da PEC 291/2013, oriunda do Senado Federal e que conta com o apoio da classe.

# A tradição do Rio Grande do Sul no galpão da AMP/RS

As comemorações da AMP/RS em alusão ao 20 de Setembro tiveram uma importante e bem-sucedida mudança em 2013. Pensando em valorizar o espaço criado há três anos justamente para o culto da tradição gaúcha e também em oferecer melhores condições de aproveitamento, o piquete da entidade de classe deixou o Acampamento Farroupilha, no centro da Capital, para se instalar no Galpão Crioulo Dr. Lauro Pereira Guimarães, na sede campestre.

A alteração resultou em um calendário de atividades mais enxuto e altamente prestigiado pela classe no galpão, que durante o período dos festejos também levou o nome de Acampamento Henrique Dias de Freitas Lima. Foram três eventos oficiais, que receberam centenas de pessoas para confraternizar e celebrar os hábitos e a cultura sul-riograndense.

## JANTAR DE ABERTURA

A programação foi aberta com um jantar dançante na noite de 13 de setembro, em um galpão lotado, com pratos típicos, riso solto, música de qualidade e homenagens. Recepcionados pelo presidente, Victor Hugo Azevedo, e pelos vice-presidentes Sérgio Harris, Nilson Pacheco, Caroline Vaz e Alexandre Saltz, associados, familiares e convidados desfrutaram do ambiente harmonioso e alegre até a madrugada.



Ao som da música do colega Pedro Rui da Fontoura Porto e do grupo Clave de Lua, a noite foi crescendo em alegria e conagração. Nesse clima de harmonia, os colegas também puderam compartilhar a passagem do aniversário do procurador de Justiça Alexandre Lipp João, que pelo segundo ano consecutivo festeja a data no acampamento farroupilha da AMP/RS.

## HOMENAGENS

Após o jantar, associados que em 2013 completaram 30 anos e 50 anos de ingresso no Ministério Público receberam um mimo da entidade. Na sequência, o

promotor de Justiça aposentado e músico consagrado José Fernando Gonzalez fez uma bela apresentação, acompanhado pelo violão de Mário Barros. A performance teve direito, inclusive, a participação especial dos procuradores de Justiça Delmar Pacheco da Luz e Sílvio Miranda Munhoz. Falando em nome da AMP/RS, Sérgio Harris destacou a valiosa contribuição daqueles que, ao longo do tempo, ajudaram a construir o Ministério Público de hoje. Representando os homenageados, Joaquim Maria Machado lembrou momentos importantes da história brasileira e a participação da Instituição nesse processo.

## Almoços congregam famílias e lideranças institucionais

Dois encontros realizados na sede campestre da AMP/RS marcaram o encerramento do calendário oficial das atividades alusivas à Semana Farroupilha. Um almoço campeiro e programação voltada às crianças pontuou o domingo (15 de setembro),



enquanto, a Administração Superior e os ex-procuradores-gerais de Justiça e ex-presidentes da Associação foram recebidos no dia 17. Durante o evento, uma homenagem especial foi prestada ao subprocurador-geral e ex-presidente da Associação Marcelo Dornelles.

Ao som de voz e violão do então coordenador do CAO Criminal, David Medina da Silva, acompanhado pelo vice-presidente de Aposentados, Nilson Pacheco, dezenas de nomes importantes na trajetória institucional e associativa confraternizaram e saborearam o almoço típico gaúcho. Ao receber uma lembrança da entidade que presidiu, Dornelles fez questão de dividir os méritos pela construção do galpão crioulo, em 2010, com seus colegas de diretoria. “Esse era um espaço necessário. Recebíamos, sistematicamente, representantes do MP de todo o país, e não tínhamos uma casa que traduzisse a nossa cultura. Além do mais, fomos muito felizes em batizar o galpão com

o nome do nosso querido Lauro Pereira Guimarães, ainda em vida. Mas nada disso teria sido realizado sem a grande parceria que tive”, concluiu.

## DOMINGO PARA AS CRIANÇAS

Os festejos farroupilhas tiveram, ainda, um momento especial para o conagração dos colegas e das famílias. No domingo, um evento concebido especialmente para aproximar as crianças da cultura gaúcha movimentou a sede campestre. Além do almoço típico, a AMP/RS montou uma estrutura com brinquedos, distribuição de brindes e passeio de pônei pela área.

Muita alegria e entusiasmo estamparam os rostos dos pequenos ao longo de toda a manhã e da tarde. A diversão nos brinquedos infláveis e o contato com o equino fizeram sucesso junto à criançada. Foi um domingo à altura da festa, da data e da instituição.



## Jantar dançante reúne associados nos 72 anos da AMP/RS

Um animado jantar dançante movimentou a sede campestre da AMP/RS, na noite de 8 de outubro, durante a comemoração dos 72 anos de fundação da entidade de classe. No evento, foram homenageados também os membros do Ministério Público que ingressaram na Instituição há 15 e há 25 anos.

Recepcionados pelo presidente, Victor Hugo Azevedo, pelos vices Sérgio Harris, Caroline Vaz e Nílson Pacheco, além do tesoureiro, André Carvalho Leite, os associados e seus acompanhantes começaram a chegar por volta das 20h ao Salão Nobre. Ao som ambiental de DJ Helinho, a confraternização avançou pela noite descontraída.

Na sequência, 15 colegas, integrantes das turmas de 1988 e 1998, receberam uma singela homenagem da AMP/RS. Ao se dirigir à classe, o presidente Victor Hugo destacou a informalidade da ocasião, ainda que especial. “Esse momento representa que o Ministério Público é exatamente o somatório dos esforços da atividade de cada um de nós. É por isso que a nossa associação não pode deixar passar em branco momentos como esse, simbólicos, mas representativos de todo o apreço que a AMP/RS tem por aqueles que fizeram o Ministério Público. Temos muito orgulho dos promotores e procuradores de



Justiça do Rio Grande do Sul, em especial desses que são homenageados aqui. Desejo a todos vida longa na instituição, para que possamos continuar contribuindo para a melhoria das condições de vida desse país, como faz o MP há tantos anos. Vida longa também à nossa associação de classe”.

Falando em nome dos homenageados, o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Ivory Coelho Neto, oriundo da turma de 1988, salientou a importância da Associação. “Mais do que comemorar 25 e 15 anos das turmas, temos de comemorar os 72 da AMP/RS. Nossa entidade de classe é a segunda mais antiga do país. As associações estaduais são as verdadeiras criadoras dos alicerces institucionais que fizeram o MP de hoje. A Constituição Federal de 1988 não nos deu nada sem que pedíssemos. A Carta de Curitiba, feita dois anos antes pelas associações estaduais e entregue ao então deputado Ulysses Guimarães, era uma cópia do capítulo que hoje trata do MP. Nós pedimos essas atribuições. Somos hoje o que queríamos ser ontem, graças às gerações anteriores, que se notabilizaram mesmo quando a instituição era fraca. Ainda assim, o promotor já era forte, era um patrimônio da comunidade”.

Depois da solenidade, um empolgante show musical da dupla Claus e Vanessa agitou o salão, com músicas da MPB e repertório internacional. Aos poucos, o público começou a ocupar a pista de dança, que ficou lotada. O entusiasmo e o espírito de confraternização foram a marca do encontro, que invadiu a madrugada e consagrou mais um aniversário da AMP/RS e dos membros do Ministério Público gaúcho.

### OS HOMENAGEADOS

#### Turma de 1988

Ângela Célia Paim Garrido  
Ivory Coelho Neto  
Júlia Ilenir Martns  
Lisiane Del Pino  
Magali Ferreira Mannhart  
Mauro Henrique Renner  
Renato Vinhas Velasques

#### Turma de 1998

Ádrio Rafael Paula Gellatti  
Andréia Hermínia Alliatti  
Ângela Caren Dal Pós  
Eduardo Coral Viegas  
Fabiano Dallazen  
Luciano Vaccaro  
Michael Schneider Flach  
Paulo Leandro da Rosa Silva





# Sintonia entre MP e sociedade derruba a PEC 37



Durou dois anos e 17 dias a tensão sobre os membros do Ministério Público brasileiro e sobre a sociedade, preocupados com a surpreendentemente veloz tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011 no Congresso Nacional. Apresentado à Câmara dos Deputados em 8 de junho de 2011, pelo deputado federal maranhense Lourival Mendes (PT do B), o texto foi rejeitado por 430 votos no Plenário daquela Casa em 25 de junho deste ano.

Nesse intervalo, porém, foi preciso mobilizar e unir a classe para empreender uma longa e intensa luta em defesa das prerrogativas institucionais e dos interesses sociais. A primeira medida, a partir da chegada da proposta à CCJ da

Câmara, foi a ampla discussão do tema na Conamp e a formação de uma comissão que iria se dedicar especialmente ao tema. O grupo, do qual fez parte o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, definiu, entre outras ações, a criação de uma campanha publicitária, com peças para veiculação em rádios, TVs, mídia impressa e na Internet, através das redes sociais.

## IMAGEM SÍMBOLO

O material foi lançado nacionalmente no início deste ano. Mas a imagem que tornou-se símbolo da luta contra a aprovação da PEC surgiu ainda no verão de 2012, concebida pela repre-

sentação gaúcha do Ministério Público. O logotipo criado – lembrando uma placa de sinalização com a expressão PEC 37 sobreposta por uma tarja vermelha – rodou o Brasil inteiro, difundido amplamente pela classe, ganhou as ruas e caiu no gosto popular.

O MP gaúcho também foi grande protagonista na campanha pela rejeição da proposta. No dia 7 de fevereiro, a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, no Litoral Norte, abrigou o primeiro de uma série de atos públicos realizados no país contra a PEC. A esse, sucederam grandes manifestações em Caxias do Sul, Santa Rosa e Pelotas, até chegar a todas as Capitais e a Brasília. Também ocorreram ações semelhantes em todos os Estados, além da aprovação, pelas Câmaras de Vereadores, de dezenas de moções de repúdio à proposta.

Após longo período de debates, negociações e visitas a parlamentares em Brasília, foi criado o Grupo de Trabalho de Aperfeiçoamento da Investigação Criminal, formado por integrantes do Ministério da Justiça, do Congresso Nacional, do Ministério Público e das Polícias. A ideia era buscar uma redação de consenso, o que acabou não acontecendo.

Determinado a aprovar a matéria, o Congresso não imaginava, entretanto, a dimensão dos movimentos sociais que sacudiram o Brasil em junho. A mobilização das ruas abraçou a causa e bradou forte contra a proposta, constringendo os deputados.

## REJEIÇÃO E CIVISMO

Foi nesse contexto que, em sessão histórica, realizada no dia 25 de junho, o plenário da Câmara rejeitou a PEC, com 430 votos. Personagem importante na luta do Ministério Público gaúcho contra a proposta, o deputado federal Vieira da Cunha (PDT/RS) exaltou o resultado. “Hoje, a Câmara se encontra com o povo a que representa”, afirmou o parlamentar.

O resultado exposto no painel do plenário fez vibrar as galerias, repletas de estudantes, membros do Ministério Público e representantes de outros segmentos. O presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, que acompanhou a sessão, comemorou: “Esta é uma data histórica para o país e para o Ministério Público. Durante quase dois anos temos lutado para mostrar ao Congresso o que a população já havia entendido. O MP não quer a exclusividade da investigação criminal, mas não pode abrir mão de participar desse processo, que é, em síntese, a essência de sua natureza.” Logo após a divulgação dos números da votação, centenas de pessoas, de mãos dadas, cantaram um trecho do Hino Nacional.



# Congresso em Natal aponta rumos e exalta fortalecimento institucional



Três dias de intenso debate mobilizaram centenas de promotores e procuradores de Justiça de todo o país, entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro, em Natal (RN), durante o XX Congresso Nacional do Ministério Público. O evento, que neste ano teve como tema central **“25 anos do Novo Ministério Público: a construção de uma identidade”**, abordou diversas questões vitais para o papel institucional e aprovou quase uma centena de teses.

A 20ª edição do congresso contou com uma representação marcante de membros gaúchos da classe. Viajaram a Natal para acompanhar as atividades o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo; os vice-presidentes Sérgio Harris e Alexandre Saltz; o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga; e os colegas Camile Balzano de Mattos, Fernando César Sgarbossa, Henrique Rech Neto, Ivanise Jahn de Jesus, Júlia Ilenir Martins, Julio Francisco Ballardin, Magali Ferreira Mannhart, Miguel Bandeira Pereira, Paulo Estevam Araújo, Paulo Fernando Neves da Fontoura, Paulo Natalí-

cio Weschenfelder, Roberto Claus Radke, Sérgio Diefenbach, Simone Martini e Velocy Melo Pivatto.

Aberto em solenidade realizada em 30 de outubro, o congresso teve sua primeira atividade de caráter técnico já na manhã seguinte, no Centro de Convenções da capital potiguar. O painel **“Poder de investigação criminal do Ministério Público”** contou com a participação do procurador de Justiça gaúcho Lênio Streck e do português António Cluny, procurador da Magistrados Europeus

pela Democracia e Liberdades (Medel). O debate foi mediado pelo presidente da Associação do MP de Mato Grosso do Sul, Alexandre Magno Lacerda.

Em sua participação, Lênio destacou que é preciso saber qual o futuro sobre a investigação. O gaúcho defendeu que as grandes questões tenham tratamentos iguais. O procurador gaúcho também se posicionou pela reinserção dos membros do Ministério Público no cenário político brasileiro. **“Nós temos, urgentemente, que voltar a fazer política, a nos candidarmos aos cargos. Esse é um país de modernidade tardia, em que nós desconfiamos do Parlamento. Temos que confiar no Parlamento e nos inserirmos nesse processo”**.

A quinta-feira teve, ainda, outros quatro painéis. Foram tratados temas como **“Estrutura e modelos de atuação do Ministério Público em outros países”**, **“Cooperação jurídica internacional e atuação do Ministério Público”**, **“Telefonia celular e relações de consumo”** e **“Racionalização da atuação do Ministério Público: enfoque constitucional e necessidade de otimização das despesas em face das prioridades institucionais”**.



## Plenária aprova 76 teses no XX Congresso Nacional do MP



Um dos pontos altos a cada edição dos Congressos Nacionais e Estaduais do Ministério Público é a reunião plenária, em que são analisadas as teses científicas apresentadas durante o evento. Neste ano, não foi diferente. O encontro, realizado no último dia de atividades, foi conduzido pelo presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo; auxiliado pelo secretário-geral do congresso, promotor de Justiça Flávio Pontes, do Ministério Público do Rio Grande do Nor-

te. O Rio Grande do Sul esteve representado, ainda, pelo procurador de Justiça aposentado Paulo Natalício Weschenfelder e pela promotora Simone Martini, de Caxias do Sul.

Durante a plenária, foram ratificadas todas as 76 teses aprovadas nas comissões temáticas. A classe também aprovou uma moção no sentido de envidar esforços para que promotores de Justiça possam ser eleitos ao Conselho Superior do Ministério Público dos Estados.

# Esforço coletivo garante aprovação do PLC 40/2013 no Parlamento gaúcho

Em um ano de grandes obstáculos impostos ao Ministério Público brasileiro, a classe comemorou, em dezembro, a conquista de uma importante vitória no contexto político. Após 11 meses de tramitação na Assembleia Legislativa gaúcha, o Plenário da Casa aprovou o Projeto de Lei Complementar 40/2013, que adapta dispositivos do Estatuto do MP estadual à nova forma de remuneração por subsídio.

Mas alcançar o acolhimento dos deputados a esse pleito, aguardado com expectativa por promotores e procuradores de Justiça no Estado, exigiu capacidade de mobilização, articulação e negociação à AMP/RS e à chefia institucional. Desde julho, em meio à análise do texto pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto – bem como o PL 221/2013 e o 300/2012 – foi transformado em alvo de campanha difundindo informações falsas acerca de seu teor. Patrocinado por diversos sindicatos, capitaneados pelo Simpe, o movimento pedia a retirada do texto da pauta de votação, por meio de forte pressão ao relator, deputado Ronaldo Santini (PTB).

Surpreendida pelas circunstân-

cias, a AMP/RS, que acompanhava a tramitação do projeto desde o começo, precisou agir para assegurar que o texto avançasse na Comissão. O assunto foi discutido em reuniões entre a diretoria da entidade e a Administração Superior do MP para definir a melhor estratégia para mostrar a legitimidade do pleito.

Para isso, foram feitas visitas ao presidente da CCJ, deputado Heitor Schuch, e a todos os integrantes da comissão, levando documentos e uma nota técnica a respeito do tema. Na primeira votação, no dia 12 de novembro, o projeto não alcançou a maioria absoluta dos votos e foi submetido a parecer de um novo relator. Frederico Antunes (PP) foi o sorteado e apresentou, pouco depois, nova posição favorável ao texto.

Na terça-feira seguinte, o PLC 40/2013 foi colocado novamente em votação na CCJ e aprovado por nove votos a zero. A votação foi precedida de encontro entre dirigentes da AMP/RS e da PGJ com o presidente da CCJ. Durante a reunião, no gabinete de Schuch, os representantes do Ministério Público voltaram a expor os argumentos que justificavam a pretensão da classe e a defender o acolhimen-

to do projeto. Participaram o presidente da Associação, Victor Hugo Azevedo, os vice-presidentes Alexandre Saltz e Nilson Pacheco e o tesoureiro, André Carvalho Leite. Pela chefia da Instituição, estiveram os subprocuradores-gerais Ivory Coelho Neto e Marcelo Dornelles. O procurador de Justiça Cláudio Barros Silva e o promotor José Alexandre Zachia Alan também acompanharam.

## APROVAÇÃO VEIO APÓS ACORDO DE LÍDERES

Remetido ao Departamento de Assessoramento Legislativo da Casa, o projeto foi publicado em 6 de dezembro no Diário da Assembleia Legislativa. A publicação ocorreu a partir de um acordo de líderes de partidos, costurado pela Administração Superior da Instituição e AMP/RS, abreviando a sua passagem por diversas outras comissões internas. Na sessão extraordinária do dia 12 de dezembro, o PLC 40/2013 foi a plenário e acabou ratificado com 40 votos.

A sessão foi acompanhada por Victor Hugo Azevedo e pelo vice-presidente Sérgio Harris; além do subprocurador-geral de Justiça Marcelo Dornelles e dos assessores Adriano Marmitt e Luciano Vaccaro. O resultado foi comemorado pela classe. Segundo a diretoria da AMP/RS, a vitória foi fruto do esforço conjunto dos membros do MP gaúcho, que não esmoreceram diante das dificuldades. “Foram muitos os colegas que se empenharam na tarefa de negociar com os deputados a tramitação do projeto. Todos tiveram papel importante. A união da classe é um poderoso instrumento capaz de tornar realidade nossos objetivos comuns”, disse Victor Hugo.

Marcos Efler, Agência AL/RS



## Entidade seguirá atenta à tramitação de outros temas legislativos

No embalo do PLC 40/2013, o Parlamento gaúcho também aprovou, na mesma sessão de 12 de dezembro, o PL 300/2012, que cria cargos em comissão para assessoria jurídica do 1º grau da Instituição. O texto, que, igualmente, enfrentou a resistência do movimento sindical, acabou acolhido pelo Plenário com 37 votos favoráveis.

O trabalho de sensibilização dos deputados para a relevância do projeto, a exemplo do que ocorreu com o PLC 40/13, foi árduo, face às manifestações contrárias à sua aprovação, durante as sessões da CCJ e também no Plenário. Mas o entusiasmo pelo suces-

so na mobilização em torno desse tema não permite à classe desviar a atenção dos demais assuntos de interesse associativo e institucional que tramitam na Assembleia Legislativa.

Um dos mais importantes no âmbito do Ministério Público gaúcho é o PL 221/2013, que trata da redução dos índices de escalamento entre as entrâncias na carreira. O texto segue na Comissão de Constituição e Justiça, e a expectativa é de que seja acolhido na retomada dos trabalhos naquela Casa, após o recesso parlamentar. Para ver a proposta avançar, a AMP/RS seguirá atenta e atuante, trabalhando em con-

junto com outras entidades representativas do meio jurídico que também aguardam pela análise de projetos similares.



# Abdicação

CLÁUDIO BRITO\*

Poderia escolher demissão, renúncia, desistência, rendição, fuga ou derrota. Qualquer dessas palavras expressaria muito bem o fracasso em que muitos estão mergulhados. Vencidos pela calamidade penitenciária em nosso país, ilustres juristas têm anunciado a pretensão de uma nova legislação de execução das penas restritivas da liberdade, advogando a extinção do regime semiaberto. Erram, pois não é o regime de cumprimento das penas o grande problema. A tragédia está na ineficiência do Estado. As leis 7209 e 7210 foram muito discutidas nos anos 80. Aprovadas, ainda restou bom período de “vacatio”. Depois, quase trinta anos se passaram. E não foi tempo suficiente para que fossem construídos os estabelecimentos prisionais adequados. A Lei de Execução Penal deveria ter instigado os governantes a que reformulassem completamente a estrutura do serviço público na

área. Novas casas, novas carreiras especializadas, remuneração mais justa aos profissionais dedicados ao penitenciário, programas de reintegração social, reeducação efetiva e atendimento aos egressos, tudo isso faltou. Seriam pontos relevantes de uma política moderna de verdadeiro combate à criminalidade. Do jeito que tudo ficou, no entanto, as cadeias são equipamentos precaríssimos para os objetivos da repressão penal, mas servem de centros de irradiação e comando para os criminosos. O caos, no entanto, não deveria empurrar o mundo jurídico à rendição. Tudo que der errado apontará uma desistência?

E quando cogitarem de agir assim em relação ao regime fechado?

Corrigir o que estiver fora dos padrões desejáveis é que seria o caminho.

Fugir da raia, bater em retirada? Nunca!

A progressão de regimes é o certo,

pois evita o absurdo da volta às ruas de apenados que não terão uma indispensável fase intermediária na execução de suas penas.

Espero que não vingue a desistência, a demissão.

Que os governos sejam levados ao cumprimento do que lhes cabe desde 1984 e que nunca foi atendido. Ao trabalho, com denodo e eficiência, ensejando condições corretas ao cumprimento das penas. Bem melhor que o simplismo de revogar-se o que nunca foi plenamente realizado.

Cabe ao Ministério Público o protagonismo nesse quadro. São da Instituição os papéis de guardião e fiscal, com poder e missão de exigir dos governantes as políticas públicas que farão a correção necessária. Fugir? Jamais!

\*Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

## Informação e confraternização sintetizam os Almoços com os Aposentados da AMP/RS



Um animado e descontraído encontro faz parte da agenda da AMP/RS todas as últimas quintas-feiras de cada mês. Realizados de março a dezembro, os tradicionais Almoços com os Aposentados congregam promotores e procuradores de Justiça jubilados e seus familiares, na sede campestre da entidade. Além dos momentos de alegria entre os colegas, o evento também proporciona à diretoria da Associação manter os membros da classe atualizados acerca de todas

as questões de interesse institucional e associativo em discussão nos mais variados fóruns.

Recebidos pelo presidente da entidade, Victor Hugo Azevedo; e pelos vice-presidentes de Aposentados, Nilson Pacheco; Social, Caroline Vaz; de Núcleos, Alexandre Saltz; e Administrativo e Financeiro, Sérgio Harris; os associados confraternizam saboreando o cardápio elaborado pelo Buffet Pacini. Entre conversas animadas e as habituais homenagens aos aniversa-

riantes do mês, a diretoria da Associação costuma aproveitar o espaço para falar sobre os projetos que tramitam no Congresso Nacional, no STF, no STJ e no CNMP e dizem respeito à atuação ministerial e à defesa das prerrogativas institucionais, por exemplo.

Igualmente, todos os assuntos tratados junto à Administração Superior do Ministério Público ou ao Legislativo estadual e que dizem respeito aos colegas aposentados e da ativa são amplamente abordados, com o objetivo de dar transparência e clareza a respeito das ações adotadas pela entidade na condução dos temas de interesse da classe. “Nosso compromisso, na direção da AMP/RS, é representar os interesses da classe diante dos mais variados temas. É tarefa que executamos com entusiasmo e orgulho, motivo pelo qual temos grande prazer em levar aos colegas jubilados todas as informações, estimulando o debate e a contribuição de todos, para que possamos reproduzir com fidelidade a vontade dos membros do Ministério Público”, explica o vice-presidente de Aposentados, Nilson Pacheco.



# Semanas do MP se multiplicam pelo Estado

A integração do Ministério Público com o universo acadêmico, traduzida ao longo dos últimos 29 anos, com as Semanas do MP, fortaleceu-se ainda mais em 2013. Criada em 1985, fruto de parceria entre a AMP/RS e a Unisc, em Santa Cruz do Sul, a iniciativa repete-se anualmente naquela comarca e multiplicou-se, desde então, por todo o Estado. Neste ano, a novidade foi a adesão do campus da UCS em Caxias do Sul, onde ocorreu a Semana Acadêmica de Direito.

A atividade foi realizada de 24 a 26 de setembro, reunindo grande público para acompanhar as palestras de figuras como o ex-deputado federal constituinte e procurador de Justiça aposentado Ibsen Pinheiro e o ex-senador, ex-deputado federal e ex-prefeito de Porto Alegre José Fogaça. No dia 25, o presidente da Associação, Victor Hugo Azevedo, abordou o tema “O Ministério Público na Constituição Federal de 1988”, em painel que teve como debatedor o promotor Luiz Carlos Prá.

Ao longo do segundo semestre, houve eventos, também, em Santa Rosa, Três Passos, Capão da Canoa, Canela, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul. Tema recorrente nos últimos tempos, por conta da polêmica em torno da PEC 37, o poder investigatório da Instituição também pontuou a programação de encontros como a IV Semana do MP na Rota da Serra, em Canela, promo-



vida em parceria com a UCS, durante a primeira semana de novembro.

A palestra inaugural, intitulada “O Protagonismo do MP no Combate à Improbidade Administrativa e à Corrupção: retrospectiva e perspectivas”, foi ministrada pelo promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. Antes, o vice-presidente da AMP/RS Sérgio Harris dirigiu-se ao público e destacou a importância das Semanas do MP e da manutenção de um diálogo sempre aberto entre a Instituição e o meio acadêmico. “Mesmo tendo se iniciado há 30 anos, e com tantas mudanças ocorridas nesse intervalo de tempo, permanece a necessidade de uma ligação estreita, direta e colaborativa entre a sociedade, a academia e o Ministério Público”, afirmou o dirigente.

As questões ligadas à atuação ministerial na investigação de crimes foram, igualmente, destaque nos eventos de



Jefferson Souza

Passo Fundo e Capão da Canoa. No norte do Estado, o promotor de Justiça criminal de Santa Maria Maurício Trevisan falou ao público que ocupou o auditório da Faculdade de Direito da UPF sobre “A acusação nos crimes de competência do Tribunal do Júri e sua vinculação constitucional” e também apresentou uma série de detalhes do processo que busca promover a punição dos responsáveis pelas 242 mortes decorrentes do incêndio na Boate Kiss, na madrugada de 27 de janeiro. O painel foi mediado pela promotora Cristiane Cardoso.

Em Capão da Canoa, a VI Semana do Ministério Público do Litoral Norte, coordenada pelo promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, teve como tema central “O Ministério Público e o dever de Proteção dos Direitos Fundamentais”. A programação foi aberta pelo promotor Maurício Trevisan, abordando “a acusação nos crimes da competência do Tribunal do Júri”.

## Encontros analisaram os 25 anos da nova Constituição Federal

O primeiro quarto de século da Constituição Federal de 1988 e os efeitos sobre a atuação do Ministério Público foram analisados em outros eventos promovidos pela AMP/RS em parceria com a comunidade acadêmica e instituições de Ensino Superior. A II Semana do MP e Semana Jurídica da Unijuí movimentou grande público no final de outubro, em eventos simultâneos, nos campi da universidade em Santa Rosa e Três Passos.

Em Santa Rosa, os promotores Ronaldo Arbo, de Crissiumal; e Nilton Kasctin dos Santos, de Catuípe; foram os palestrantes da noite de abertura. Eles falaram de ética e dos problemas que envolvem a produção, comercialização e uso de agrotóxicos no Brasil. Em Três Passos, o promotor criminal Mauro Rockenbach ministrou a palestra “As ferramentas de investigação em casos

concretos”. A programação seguiu nas noites de 23, 24 e 25, com as palestras, respectivamente, de Ronaldo Arbo e Nilton Kasctin, do sub-procurador-geral de Justiça Ivory Coelho Neto, sobre “Comissão Nacional da Verdade: Os 50 anos depois do Golpe de 64”; e do promotor Maurício Trevisan, abordando “Questões controversas sobre o dolo e a culpa no Tribunal do Júri”.

Em Rio Grande, a X Semana do Ministério Público ocorreu na Câmara de Vereadores. Sob a coordenação do promotor Márcio Schlee Gomes, o procurador de Justiça Cláudio Barros Silva abordou o tema “25 anos da Constituição Federal e o Ministério Público”. Barros teve como debatedor o promotor aposentado Francisco Luiz da Rocha Simões Pires. No dia seguinte, o coordenador do CAO Direitos Humanos, Miguel Velasquez

abordou o tema “Direitos humanos: o Ministério Público como indutor de políticas públicas e agente de transformação social”.

No mais tradicional evento, em Santa Cruz do Sul, a Semana do Ministério Público, chegou à 29ª edição. A programação, organizada e coordenada pelo promotor de Justiça Flávio Eduardo de Lima Passos, teve como palestrante de abertura o ex-corregedor-geral do MP Armando Antônio Lotti, que falou sobre “A Nova Ordem Urbanística – Função Social das Cidades”. O desembargador do TJ/RS Voltaire de Lima Moraes encerrou o evento, analisando o perfil constitucional do MP. Voltaire fez um breve resgate das Constituições da história do Brasil para analisar o atual papel do Ministério Público, bem como do Poder Judiciário. O mediador foi o promotor Eduardo Ritt.

# O Golpe de Estado

MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA

A nação brasileira entrara em grave crise econômica. O povo estava profundamente descontente, promovendo desobediência civil e manifestações as mais diversas. A maioria da população queria derrubar o governo. Ah, este é o nosso momento, pensaram os integrantes de um grupo que há muito esperava por uma oportunidade assim. O grupo era coeso e muito bem organizado. Ao anoitecer, com muita discricção, seus integrantes reuniram-se em sua sala secreta e trataram de manter contato com altos escalões das forças armadas que lhes apoiavam. Após uma noite tensa e de muitas tratativas, por volta das oito horas da manhã do outro dia foi anunciado o golpe de estado. Os militares depuseram o governo e entregaram o poder para o grupo organizado, o qual era formado somente de juristas. Mas não era qualquer tipo de jurista não. Integravam o grupo apenas alternativos, doutrinadores, doutores, pós-doutores, formalistas, pós-formalistas e luminares de toda a ordem. Todos eles adeptos da busca incansável da elaboração de teses em qualquer prestação jurisdicional. Eles se achavam. Entendiam que suas teses eram muito superiores às leis.

A primeira medida após a tomada do poder foi o fechamento do Congresso Nacional, criando-se em seu lugar o Conselho dos Luminares, integrado pelo gru-

po que havia feito o levante. Na reunião inaugural, o Conselho baixou o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º. Fica afastada a mediocridade de apenas aplicar a lei.

Art. 2º. Ao aplicar a lei, o operador do direito é obrigado a criar uma tese inovadora que modifique o sentido literal da norma escrita.

Art. 3º. O operador do direito que se negar a obedecer ao artigo anterior, ou não tiver competência para tal, perde o cargo.

É certo que, ao elaborar o Ato Institucional, houve muita discussão entre os integrantes do Conselho dos Luminares. Tudo em torno do vocábulo "mediocridade". Alguns sustentando a inadequação de se utilizar adjetivos em leis. Outros dizendo que a necessidade de clareza do texto deveria superar referida proibição. A questão foi decidida pelo presidente do Conselho que, batendo na mesa, disse: na ditadura, a gente põe os adjetivos onde quiser. Fica assim e pronto! E assim ficou.

Mas o ordenamento jurídico do país continuou quase intacto. O Conselho entendeu que a manutenção das leis era necessária, pois elas eram imprescindíveis para, a partir delas, serem construídas as teses.

E iniciou-se a cassação dos operadores do direito que se limitavam a aplicar a lei. Foi uma devassa. Sem nenhuma

complacência, juristas antigos, sensatos e razoáveis foram sumariamente destituídos de seus cargos. Difamados pela imprensa oficial e oficialista e perseguidos pela polícia jurídica, que era a novel polícia do regime ditatorial, alguns sequer conseguiram novos empregos. Foram obrigados a emigrar para países desenvolvidos, onde a prestação jurisdicional é ato mais singelo, mais prático. Em citados países, os juristas cassados e suas famílias foram bem acolhidos e receberam o tratamento de refugiados jurídicos. Nas vagas deixadas pelos juristas que haviam perdido o cargo, foram nomeados jovens bacharéis aprovados em concursos de teses, muitos deles ex-alunos de integrantes do Conselho dos Luminares. O ciclo havia se fechado, comemoraram os novos detentores do poder. Para marcar o evento, realizaram memorável banquete pago pelos cofres públicos. Estavam exultantes. Ah, como estavam contentes. Agora sim as coisas iriam melhorar no Brasil, insistiam, fazendo brindes com espumantes caríssimos. Após muitos anos, havendo iniciado o movimento em singelos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito de uma universidade do sul do país, aquele singular grupo de juristas havia finalmente conseguido impor à nação brasileira a cultura jurídica da veneração das teses.

## Grupo Literário analisou sete grandes obras em 2013

Seguindo a tradição dos últimos anos, a valorização das grandes obras da literatura em todo o mundo ganhou espaço entre os associados da AMP/RS em 2013. Desde março até dezembro, cerca de duas dezenas de colegas do Ministério Público se debruçaram sobre a análise de títulos de autores nacionais e internacionais, nos encontros do Grupo Literário.

Participaram dos encontros promotores e procuradores de Justiça cujo gosto pela literatura ganha atenção especial. Entre eles estiveram o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, o vice-presidente Sérgio Harris e os colegas Mário Cavaleiro, Lorenzo Zambonin, Raimundo Valiati, Ana Rita Schinestsck, Ângela Dal Pós, Manoel Luiz Prates Guimarães, Maria Augusta Menz, Marcelo Bertussi, Marcelo Dossena, Airton Zanatta, Daniel Ramos Gonçalves, Vera Maria

Feyh, Avelino Collet, Eliane Ribeiro Portela, Ricardo Vaz Seelig e André Baptista Caruso Mac-Donald.

Realizadas geralmente na última quinta-feira do mês, as reuniões, na Sala de Convivência da sede administrativa criaram um ambiente descontraído

e aconchegante para, ao sabor de petiscos e vinhos, conversar sobre livros como O Retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde; e O Exército de um Homem Só, de Moacir Sclyar. Ao todo, foram sete títulos neste ano. Uma rotina que deve ser mantida em 2014.



# No Rio, AMP/RS é campeã da categoria Sênior no XII Torneio Nacional de Futebol Society do MP

Já virou rotina. Nos últimos anos, o pódio tem sido lugar cativo para a AMP/RS nos Torneios Nacionais de Futebol Society do Ministério Público. Em 2013, pelo terceiro ano consecutivo, a entidade sagrou-se campeã na competição. O título na 12ª edição, disputada no Rio de Janeiro, veio na categoria Sênior, com atletas a partir de 53 anos, disputada pela primeira vez em 2013. Na bagagem, o Rio Grande do Sul trouxe ainda, o vice-campeonato na categoria Master; o gol mais bonito, anotado pelo promotor André Costa; e o goleiro menos vazado, Gustavo Ronchetti, na categoria Sênior.

Os resultados reafirmam a tradição e a força da delegação gaúcha, que em 2011 levantou a taça com a Força Livre e no ano passado viu a equipe Master comemorar a conquista que já havia obtido em 2009. As performances vencedoras, com equipes chegando às finais por cinco anos em sequência, traduzem a qualidade técnica e o trabalho sério desenvolvido ao longo do ano para o aprimoramento das equipes formadas pela Associação.

Durante a solenidade de premiação, após o encerramento do torneio, o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, falou aos atletas, na condição de vice-presidente da Conamp. O dirigente



Rita Steigleder

prestou uma homenagem aos colegas de todo o país que ajudaram a construir um ambiente de atenção ao esporte no âmbito do Ministério Público. “Eu poderia lembrar diversos nomes, de todos os Estados, mas faço na pessoa do ex-procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul Francisco de Assis Cardoso Luçardo, que, aos 72 anos e morando no interior gaúcho, comparece semanalmente aos encontros para treino do grupo do futebol, bem como aos torneios nacionais”, disse. Luçardo recebeu a taça em nome da delegação gaúcha pela conquista do título na categoria Sênior.



Victor Hugo também cumprimentou a Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro pela excelente organização do evento. E anunciou que a 13ª edição do torneio, em 2014, será realizada em Foz do Iguaçu (PR), sob os cuidados da Associação Paranaense do MP.

## A CAMPANHA VITORIOSA

A conquista do título pelos atletas sênior foi marcada pela superação diante das equipes de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Na primeira fase, o Rio Grande do Sul venceu os mineiros por 1 a 0 e empatou sem gols com paulistas e paranaenses. A decisão, contra São Paulo, ocorreu no final da tarde de sábado. A partida foi guerreada até a prorrogação, quando a AMP marcou o único tento do jogo e faturou o campeonato.

## VICE NO MASTER

No Master, após empatar com Tocantins e golear Amazonas por 3 a 0, na primeira fase, os gaúchos superaram os cariocas nas quartas de final e os mineiros na semifinal. A decisão, mais uma vez, foi contra São Paulo, em partida realizada simultaneamente à decisão do Sênior. Desta vez, porém, o 1 a 0 favoreceu os paulistas.



### AS PERFORMANCES DA AMP/RS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

#### 2013

XII Torneio Nacional de Futebol Society do MP  
Local: Rio de Janeiro  
Campeão Sênior  
Vice-campeão Master

#### 2012

XI Torneio Nacional de Futebol Society do MP  
Local: Goiás  
Campeão Master  
Vice-campeão Supermaster

#### 2011

X Torneio Nacional de Futebol Society do MP  
Local: Minas Gerais  
Campeão Força Livre  
3ª colocado Supermaster

#### 2010

IX Torneio Nacional de Futebol Society do MP  
Local: Paraíba  
Vice-campeão Master

#### 2009

VIII Torneio Nacional de Futebol Society do MP  
Local: Distrito Federal  
Campeão Master

# Momentos

O ano de 2013 chega ao fim e deixa, na lembrança, grandes momentos de alegria à família do Ministério Público. No segundo semestre, foram muitas as oportunidades em que os membros da classe puderam, por exemplo, compartilhar experiências, dividir opiniões, multiplicar conhecimento e comemorar importantes vitórias.

A maior de todas, certamente foi a derrubada da PEC 37 no Congresso Nacional. E a AMP/RS foi protagonista de primeira ordem nesse processo. Mas há outros motivos para orgulho dos colegas. Já virou rotina as representações gaúchas chegarem ao pódio nos Torneios Nacionais de Futebol Society do MP. Neste ano não foi diferente.

Outras atividades tradicionais da AMP/RS são as comemorações farroupilhas; os aniversários da entidade; os almoços com os aposentados; as reuniões do Grupo Literário e o sucesso permanente das Semanas do Ministério Público junto às instituições de Ensino Superior, além da conversa franca nas valiosas reuniões de núcleo. Confira imagens marcantes de alguns desses momentos.



Delegação gaúcha voltou a conquistar o Torneio Nacional de Futebol Society do MP



Acampamento Farroupilha reuniu colegas no Galpão Crioulo Dr. Lauro Pereira Guimarães



Congresso Nacional do MP levou grande representação do RS a Natal



Semana do MP de Ijuí movimentou o universo acadêmico no noroeste do Estado



Almoço de Aposentados reuniu dezenas de associados em encontros na sede campestre



O deputado federal Vieira da Cunha foi um grande aliado na luta contra a PEC 37



Grupo Literário teve sete encontros em 2013 e analisou obras nacionais e estrangeiras



Diretoria da entidade prestigiou posse de David Medina da Silva à frente da FMP

Paulo Guilherme Alves (MP/RS)



Reuniões de Núcleo ocorreram por todo o Estado, como em Santana do Livramento



Após intensa mobilização da classe, PEC 37 é derrubada no Congresso Nacional